

Análise setorial do mercado exportador de proteínas animais brasileiras

MARCO AURÉLIO ARBEX

FACESI/UNOPAR

JACIR WOINARSKI

FACESI

SAULO FABIANO AMÂNCIO VIEIRA

FACESI/UEL/PMDA Uninove

CÁSSIA VALÉRIA HUNGÁRIO YOSHI

FACESI

PAULA DANIELA MUNHOS

FACESI

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo estudar o setor exportador de proteínas animais brasileiras, buscando analisar aspectos impulsionadores e limitadores da sua competitividade no mercado internacional. Para tanto, o trabalho realizou revisão de literatura sobre os princípios do comércio internacional, regulamentação do comércio internacional, obstáculos ao livre comércio entre os países e informações sobre o panorama atual do setor de proteínas animais no Brasil e no mundo. Metodologicamente, é um trabalho exploratório e descritivo com pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta dos dados primários, foram entrevistadas dez empresas exportadoras de proteínas animais no período compreendido entre fevereiro e abril de 2009. A partir dos dados primários e secundários levantados, buscou-se realizar uma análise do setor no Brasil. Verificou-se que o segmento é competitivo, apesar dos poucos incentivos governamentais (abundantes em outros países); concluiu-se ainda que o setor passa atualmente por retrações ocasionadas pela falta de crédito devido à crise financeira internacional, mas que existem expectativas otimistas que vislumbram recuperação e crescimento para os próximos períodos.

Palavras-chave: Proteínas animais. Comércio internacional. Exportações.

Sectoral analysis of the exports market for the Brazilian animal protein

Abstract: The aim of this paper is to studying the export sector of animal proteins in Brazil, through a review of the aspects that boosts and limits its competitiveness in the international market. Thus, the work performed literature review on principles of international trade, regulation of international trade, barriers to free trade between countries and information about the sector of animal protein in Brazil and worldwide. Methodologically, it is a descriptive and exploratory work with literature review and field search. The primary data were collect by making an interview with ten animal protein exporting companies in the period between February and April, 2009. From the primary and secondary data collected, this paper made an analysis of the sector in Brazil. It's possible to conclude that the animal proteins segment is competitive, despite the few governmental incentives (which are abundant in other countries). It was concluded that the sector is currently experiencing retractions caused by lack of credit due to the international financial crisis, but there are optimistic expectations on the recovery and growth of the sector for the coming periods.

Key words: Animal protein. International market. Exportation.

INTRODUÇÃO

A intensificação das relações comerciais internacionais, o aumento da renda e o crescimento da população mundial têm provocado um alto padrão de competitividade entre os países exportadores com potencial em produtos do agronegócio. Nesse contexto, desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, tem se observado uma tendência na diminuição das barreiras tarifárias, o que propicia a exportação de diversos produtos agropecuários brasileiros; em contrapartida, houve também aumento nas barreiras técnicas (normas e padrões) exigidas no comércio internacional fazendo com que setores, como o exportador de carnes, tenham que se adequar para não perder seus principais mercados. Nesse cenário o Brasil se consolida como o principal produtor e exportador de proteína de origem animal, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2008). O Complexo de Carnes é destaque na diferenciação e segmentação de mercados, sendo uma das áreas do agronegócio brasileiro com maior dinâmica tecnológica e de conhecimento, ocupando atualmente o posto de maior exportador mundial de carne bovina, atingindo a marca histórica de US\$ 11 bilhões em exportações de carnes em 2007 (MDIC, 2008). Ainda de acordo com MDIC (2008), este segmento é o segundo mais importante para as exportações brasileiras, podendo se tornar o principal em breve; atualmente fica atrás apenas da exportação de soja, representando um importante papel social devido à geração de mais de 4 milhões de postos de trabalho (20% do total da agropecuária brasileira).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGRICULTURA, 2008), esse setor se profissionalizou a tal ponto que se tornou competitivo na cadeia de fornecimento global, fornecendo proteínas até para países membros da União Européia – que têm restrições técnicas altamente exigentes. É importante observar que o Complexo Brasileiro de Carnes não exporta somente produtos “in natura”, cortes especiais ou demais partes que são consideradas nobres, mas também procura exportar produtos já industrializados à base de proteína animal – que são mais interessantes de ponto de vista econômico, pois têm alto valor agregado. Também é um importante fornecedor de proteínas animais para usos farmacológicos (como bÍlis bovina, pÍncreas, entre outros produtos), despojos (miúdos) que são apreciados nos países de cultura asiática e oriental, couros para a fabricação de gelatinas, colÁgenos e *pet chews* (acessÓrios e rações para animais de companhia, como cÁes e gatos) que são exportados para os Estados Unidos e UniÁo Européia. Estes produtos ajudam a melhorar a rentabilidade das unidades produtoras, tendo em vista que estes produtos são pouco comercializados no mercado interno. Cabe ainda observar que o foco desse trabalho nÁo é todo o complexo de carnes, mas apenas o mercado de proteínas animais. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é descrever o atual cenÁrio do mercado exportador brasileiro de proteínas animais e traçar perspectivas para o setor.

REVISÃO DE LITERATURA

PRINCÍPIOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E ÓRGÃOS REGULADORES

Atualmente, todos os países importam muitas mercadorias, bens e serviços que poderiam ser produzidos por eles mesmos. A justificativa para estes intercÂmbios internacionais baseia-se fundamentalmente no fato que todas as nações possuem recursos e capacidades tecnológicas muito diferentes. Esses fatores condicionam a produção nos diferentes países e lhes propiciam a tendência de se especializarem, produzirem os bens para os quais estÁo mais bem dotados, de forma a terem um custo menor de produção (TROSTER; MONCHON, 2002). O inglÊs David Ricardo (1772-1823) foi o primeiro economista a desenvolver a teoria dos custos comparativos. Ricardo afirmava, em seu modelo de vantagens comparativas, que cada país deve produzir e exportar os bens e serviços para os quais os seus custos de oportunidade fossem menores em relação a outros países. Ao mesmo tempo, cada país deve importar os bens e serviços de países que os produzem de forma relativamente mais eficiente que se fossem produzidos internamente. A realização do comércio sem a imposição de barreiras ou restrições implica em ganhos de bem estar econômico, se cada país se especializar e comercializar os bens para os quais detém maior eficiência produtiva, ou seja, sempre que o custo de oportunidade da produção de todos os bens superar o custo da especialização (FEENSTRA, 2003 apud BURNQUIST; OLIVEIRA, 2005).

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004), para que dois países mantenham relações econômicas entre si, entram necessariamente em jogo duas moedas, exigindo que se fixe a relação de troca entre ambas, e isto só é possível se for determinada uma taxa de câmbio, que é a medida de conversão da moeda nacional em moeda estrangeira (divisas). Esta taxa de câmbio pode ocorrer de dois modos: institucionalmente pela decisão das autoridades econômicas com a fixação de taxas, que são chamadas de taxas fixas de câmbio, ou pelo funcionamento do mercado, no qual as taxas flutuam automaticamente em decorrência das pressões de oferta e demanda de divisas estrangeiras que são chamadas de taxas flutuantes ou flexíveis.

É importante observar que o câmbio está intimamente relacionado com os preços dos produtos exportados e importados e, conseqüentemente com o resultados da balança comercial do país. Quando esta taxa encontra-se elevada favorece os exportadores, estimulando as exportações, pois passarão a receber maior quantidade de moeda nacional pela mesma quantidade de bens ou serviços exportados e pela mesma quantidade de divisas derivadas, proporcionando assim maior oferta de divisas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Em fins da década 1980, mais marcadamente a partir de 1990, a economia brasileira rompeu com uma longa tradição de protecionismo, iniciando um amplo

processo de liberalização comercial. O objetivo desta abertura comercial era intensificar a concorrência sobre os produtores locais e ampliar o acesso às melhores práticas internacionais, quer pelas importações de produtos, quer pela importação de tecnologias (GONÇALVES, 1998). Nesse contexto, é importante notar que desde 1999, o Brasil utiliza uma política de taxa de câmbio flutuante.

Tradicionalmente o comércio é regulamentado através de tratados bilaterais entre nações. Durante os séculos de crença no mercantilismo a maioria das nações mantinham altas tarifas e muitas restrições ao comércio internacional. No século 19, especialmente no Reino Unido, a crença no livre comércio tornou-se um paradigma e este pensamento tem dominado as nações ocidentais desde então. Nos anos seguintes à segunda guerra mundial tratados multilaterais como o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) efetuado logo após a Segunda Guerra Mundial, que posteriormente em 1994 foi substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio) tentaram criar estruturas regulatórias de alcance mundial (MDIC, 2008a). Este órgão regulamentador visa o livre comércio e a igualdade entre os países seguindo alguns princípios (MDIC, 2008b), a saber: i) princípio da não-discriminação: se um país conceder a outro país um benefício terá obrigatoriamente que estender aos demais membros da OMC a mesma vantagem ou privilégio; estabelece ainda que fica proibido o tratamento diferenciado aos produtos internacionais para evitar desfavorecê-los na competição com os produtos nacionais; ii) princípio da previsibilidade: garante a previsibilidade sobre as regras e sobre o acesso ao comércio internacional por meio da consolidação dos compromissos tarifários para bens e das listas de ofertas em serviços; iii) princípio da concorrência leal: este princípio visa garantir um comércio internacional justo, sem práticas desleais, como os subsídios; iv) princípio da proibição de restrições quantitativas: impede que os países façam restrições quantitativas, ou seja, imponham quotas ou proibições a certos produtos internacionais como forma de proteger a produção nacional. A OMC aceita apenas o uso das tarifas como forma de proteção, desde que a lista de compromissos dos países preveja o uso de quotas tarifárias e; v) princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento: estabelece que os países em desenvolvimento terão vantagens tarifárias, além de medidas mais favoráveis que deverão ser realizadas pelos países desenvolvidos

OBSTÁCULOS AO LIVRE COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES

Como o comércio de qualquer produto, o comércio de carnes depende das vantagens comparativas em termos de custos de produção, que estão diretamente relacionados à disponibilidade de fatores de produção (terra, boas pastagens, grãos e condições climáticas adequadas). O reconhecimento do Brasil como exportador de carnes para o mercado internacional, segundo Miranda e Motta (2003),

vem ocorrendo a partir do período pós-Plano Real, que se caracterizou por maior aproveitamento da produção nacional, pelo esforço da economia nacional visando o aumento da pauta de exportações e pelos investimentos na modernização da estrutura produtiva realizados na indústria frigorífica brasileira. Nesse sentido, o país vem obtendo o status de grande exportador desses produtos para o mundo, apesar de as restrições à entrada de mercadorias em alguns países limitarem o desempenho do setor exportador. Estudo de Hufbauer, Kotschwar e Wilson (1999) apud Miranda (2001), mostra que mais de 80% das transações comerciais mundiais são afetadas por padronizações. Argumenta-se que uma parcela considerável das análises dos impactos de medidas sanitárias e fito-sanitárias são orientadas para países desenvolvidos; entretanto, os efeitos de tais medidas são mais expressivos para países em desenvolvimento, visto que nesses países a agricultura e a indústria de alimentos possuem relativa importância na pauta exportadora, aliada a menor capacidade técnica de atendimento as exigências do acordo SPS – relacionado a medidas sanitárias e fito-sanitárias.

Apesar das vantagens do livre comércio entre países, existe uma série de fatos que aconselha, ou justifica, em certos casos, certo grau de intervencionismo, ou protecionismo, para limitar a entrada de determinados produtos no país. Na literatura econômica, esse tipo de disposição é denominado medida protecionistas. Os argumentos empregados para justificar o estabelecimento destas medidas são os seguintes: proteger uma indústria considerada estratégica para a segurança nacional – este seria o caso das indústrias relacionadas à defesa; fomentar a industrialização e a criação de empregos mediante um processo de substituição de importações por produtos fabricados no próprio país; tornar possível o desenvolvimento das “indústrias nascentes”, isto é, novas indústrias que não poderiam competir com as de outros países onde essas indústrias já estão desenvolvidas; procurar combater os déficits que se apresentam entre as exportações e as importações (TROSTER; MONCHÓN, 2002). A questão das práticas protecionistas é particularmente importante no caso das negociações que envolvem a agricultura, dada à relevância da regulamentação sanitária e fito-sanitária que abrange plantas, animais e a saúde humana, além de questões ambientais.

As barreiras protecionistas dividem-se basicamente em tarifárias e não-tarifárias. As formas mais usuais de barreiras protecionistas são, de acordo com Troster e Mochón (2002): i) impostos de importação ou tarifas aduaneiras: pagamento que as autoridades econômicas exigem para a importação de produtos de outros países, visando elevar o seu preço de venda no mercado interno, de forma a proteger os produtos nacionais da concorrência com produtos mais baratos; ii) contingenciamento ou quotas à importação; restrições para determinados bens estrangeiros, limitando a quantidade que se pode importar desses bens (independentemente de seu preço) e; iii) subsídios à exportação: ajuda fornecida ao fabricante nacional de determinados bens

para que se possa exportá-los a preços menores e mais competitivos. Para os autores, “estas tarifas e subsídios alteram a vantagem comparativa dos diferentes países e seu efeito é reduzir o comércio (no caso de tarifas) ou aumentá-los (no caso de subsídios) de forma artificial” (TROSTER; MONCHÓN, 2002, p.277).

Conforme relatório da CNI (2001, p.1) pode-se definir as barreiras não tarifárias como sendo as “leis, regulamentos, políticas ou práticas de um país que visam restringir o acesso de produtos importados em seu mercado”. Tais barreiras podem se constituir de restrições quanto à quantidade a ser importada, necessidade de licenciamento prévio para importação, procedimentos alfandegários, medidas antidumping (venda do produto abaixo do preço de custo) e políticas compensatórias de preços. Entre as barreiras não-tarifárias, destacam-se as barreiras técnicas, que, segundo o INMETRO, se constituem em normas e regulamentos técnicos não-transparentes ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não-transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas. Os exemplos mais comuns de tais barreiras são as normas e regulamentos técnicos e os regulamentos sanitários e fito-sanitários, de vigilância animal e vegetal (CNI,2001).

Todo exportador de proteínas animais está sujeito às normas impostas pelo *Codex Alimentarius*. O *Codex Alimentarius* é um fórum internacional de normalização de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas através da FAO (Food and Agriculture Organization) e OMS (Organização Mundial de Saúde), criado em 1963, com a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos. A OIE (Organização Mundial da Saúde Animal) coordena as barreiras zoonosológicas, dificultando e normatizando o comércio de produtos de origem animal, e seus tratados são base para órgãos regulamentadores importantes como a FAO (Food and Agriculture Organization of the United States) e a EUR-Lex (Comunidade Européia), sendo estes tratados aceitos como requisito para o ingresso de proteínas animais estrangeira aos países de destino (AGRICULTURA, 2008). Outro organismo internacional que muitas vezes se torna uma barreira a livre comercialização de produtos alimentícios é a CIPV (Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais).

A CIPV é um tratado internacional, cujo objetivo é impedir a propagação e a introdução de pragas das plantas e dos produtos das plantas, assim como promover medidas apropriadas para controlá-las. A Comissão de Medidas Fito-sanitárias (CMF) governa a CIPV e aprova as normas internacionais para medidas fito-sanitárias (NIMF). A CMF criou o Portal fito-sanitário internacional (PFI) como fórum para proporcionar informação nacional e intercambiar informação mais geral entre a comunidade de fito-sanidade. A Secretaria da CIPV coordena as atividades da Convenção e está localizada na FAO (AGRICULTURA, 2008).

Miranda (2001) verificou que a restrição sanitária imposta pela UE sobre as exportações brasileiras de cortes de carne bovina, relacionada à febre aftosa, de janeiro a março de 1995, teve efeito depreciativo sobre o preço médio das exportações, e diante das alegações apresentadas, dificilmente teria respaldo científico. Segundo dados levantados pelo CEPEA - Centro de Estudos Avançados em economia Aplicada, a maioria das empresas brasileiras do agronegócio aumentou em 9% os custos de produção para se adequar às novas exigências de barreiras do mercado internacional e 72% dessas empresas tiveram que fazer alguma adequação técnica nos últimos dois anos.

O SETOR DE PROTEÍNAS ANIMAIS

A pecuária tem posição de destaque na economia nacional. Delgado et al. (1996) apud Pereira e Lima (2000), relatam que a pecuária representa 40% do valor do PIB da agropecuária, ocupa cerca de 26% da força de trabalho rural, tem uma taxa de crescimento anual de 3% e utiliza três quartos das terras totais ocupadas com a atividade agropecuária. As exportações de carnes bovinas, em 2008, atingiram US\$5,3 bilhões, montante 20% menor que o de 2007, com redução no volume exportado de 14,3%. Estes resultados foram influenciados pela crise econômica que afetou diretamente os frigoríficos, que haviam investido alto para aumentar a produção e atender a expectativa de demanda crescente. O resultado é o endividamento de grande número de empresas que estão com dificuldades para honrar seus compromissos. A falta de crédito no mercado está afetando o fluxo de caixa dos frigoríficos (TSUNECHIRO et al., 2009).

O principal destino em 2008 da carne bovina in natura foi a Rússia que, sozinha, importou US\$ 74,4 milhões. Outros países apresentaram forte crescimento na importação de carne bovina *in natura* do Brasil, como Hong Kong (405%, de US\$ 4,3 milhões para US\$ 21,8 milhões), Emirados Árabes Unidos (202%, de US\$ 2,9 milhões para US\$ 8,8 milhões), Venezuela (170%, de US\$ 8,1 milhões para US\$ 22,1 milhões) e Arábia Saudita (163%, de US\$ 5 milhões para US\$ 13,2 milhões) sempre em comparação com janeiro (AGRICULTURA,2009). O desempenho das exportações brasileiras certamente teve também como fator propulsor o avanço no controle da aftosa, já tendo sido reconhecido sob o status de livre com vacinação no Circuito Centro-Oeste (e livre sem vacinação no Circuito Pecuária Sul). As exportações brasileiras crescem também para mercados tradicionais da Argentina, como o Chile (MIRANDA; MOTTA, 2003).

Por outro lado, outros fatores, de natureza estrutural, definem o quadro das tendências de exportações de carne bovina. Segundo Bliska (1999), o consumo de carne bovina tem aumentado apenas em alguns países da Ásia, África e do Oriente Médio e em alguns países menos desenvolvidos. Na década de 80, verificou-se ainda uma estagnação

e até declínio no consumo de carne bovina nos países industrializados, um pequeno aumento no consumo da carne suína e uma expansão no consumo de aves. Jank (1996) também alerta para o ganho significativo na participação relativa do frango em relação às demais carnes. De qualquer modo, o reconhecimento do Brasil como fornecedor potencial de carne bovina no mercado internacional vem ocorrendo em um cenário de maior aproveitamento da produção nacional, constatado após o Plano Real, de um mercado interno insuficiente para a absorção da produção, e um esforço da economia nacional para o aumento da pauta de exportações. Esse cenário se completa quando se verifica que a indústria frigorífica brasileira vem, desde o final da década de 80, investindo na modernização de sua estrutura produtiva. É importante notar a diversidade de exigências dos países compradores, em termos sanitários, técnicos, de padrão de cortes, preferências de consumo, que acabam se refletindo no padrão de preços, sazonalidade e volumes de exportação.

Embora seja o maior exportador de carne bovina do mundo, o Brasil atualmente vende no Exterior apenas 22% do que produz. O restante é consumido no mercado interno (ABIEC,2009). Nota-se que o Brasil exporta suas proteínas animais, mesmo em pouca quantidade, para a maior parte do mundo. Segundo dados da Abiec (2009), a Rússia foi o maior comprador da carne bovina *in natura* brasileira no ano de 2007 (29% do total exportado), seguida do Egito (11% do total exportado), Hong Kong (6% do total exportado), e Reino Unido (5% do total exportado). Estes quatro países são responsáveis pela compra de 51% do total exportado de carnes bovinas.

Os EUA, sob argumentos sanitários, não importam carne *in natura* do Brasil. Apesar dos estados do Sul do País já terem obtido o *status* de área livre de aftosa sem vacinação, desde maio de 2000, e de já ter havido visita de missão norte-americana ao Rio Grande do Sul, para avaliar os frigoríficos que estão se habilitando para fornecer esse tipo de carne para aquele país, as exportações ainda não se concretizaram. Jank (1996) já apontava em seu trabalho que, em função da febre aftosa, além dos EUA, outros países não compram carne bovina *in natura* do Brasil. Menciona: o Japão, Canadá, Coréia do Sul e Tailândia.

METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se conforme qualificação proposta por Vergara (2007) como exploratória e descritiva quanto aos fins, pois será realizada em um ambiente no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, efetuando uma sondagem, demonstrando características e estabelecendo correlações entre variáveis e definir suas naturezas. Enquadra-se ainda como pesquisa de campo e bibliográfica (VERGARA, 2007), pois foi efetuada uma investigação empírica sobre o setor, formulando entrevistas para coleta de dados primários e utilizando publicações

diversas para coleta de dados secundários para que assim sejam fornecidos os instrumentais analíticos necessários à análise dos dados. A coleta de dados primários se deu através de um roteiro de entrevista (estruturada) – contendo 14 questões abertas – enviado a dez gestores de pequenas e médias empresas do ramo de exportação de proteínas animais, estabelecidos no sul e sudeste brasileiro. O roteiro foi enviado por meio de correio eletrônico no período compreendido entre 1º de fevereiro e 15 de março de 2009, sendo que as respostas foram recebidas entre 1º de março e 14 de Maio de 2009. A amostragem proposta é definida como não-probabilística, pois os sujeitos foram selecionados por acessibilidade e tipicidade. Os dados secundários foram levantados através de pesquisa bibliográfica, explorando livros, revistas especializadas, pesquisas, dados, teses e dissertações pertinentes ao assunto. A análise dos dados foi qualitativa dos dados primários e secundários, onde buscou-se identificar expectativas e tendências para o segmento de proteínas animais. O método escolhido apresenta certas limitações, como por exemplo, o fato de que os sujeitos da pesquisa terem sido selecionados por acessibilidade e tipicidade, não abrangendo de forma probabilística o universo total do setor. Outra limitação diz respeito à instabilidade e volatilidade da conjuntura econômica no momento da análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente serão apresentados os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com gestores de empresas exportadoras do setor de proteínas animais. Posteriormente, será realizada uma análise do setor exportador de proteínas animais no Brasil, agregando os resultados das entrevistas com materiais levantados de fontes secundárias sobre o tema.

ENTREVISTAS COM GESTORES DO SEGMENTO

Quando questionado sobre o percentual atual da produção exportada, verificou-se que na maioria das empresas, houve uma retração em relação aos períodos de 2007 e 2008, mesmo nas empresas que destinam sua produção totalmente ao mercado externo. Apenas um caso isolado e específico apontou aumento no volume exportado nos primeiros meses de 2009. Em 30% dos casos analisados, a redução foi superior a 50% em relação ao ano anterior. Também mostrou que no período de 2007 e 2008 houve um bom percentual de crescimento do setor, o que foi atípico, tanto na intensidade quanto velocidade que ocorreu.

Quando questionados se a crise econômica mundial havia afetado de alguma maneira suas atividades, 90% dos entrevistados foram unânimes em afirmar que a crise realmente afetou suas atividades, sendo que na maioria dos casos registrou-se uma grave intervenção ocasionada por este

fator, acarretando em diminuição dos pedidos e retração nas atividades em comparação com o mesmo período de 2008. Com esta retração nos números de pedidos, as empresas tiveram que reestruturar e planejar novamente suas atividades para este ano. Apenas 10% dos entrevistados registram crescimento nas atividades neste início do ano de 2009.

Perguntou-se ainda se a desvalorização do real em frente ao dólar afetou as exportações de forma significativa. Sobre esse assunto, 80% relataram que o aumento do valor da moeda americana foi fator positivo para as empresas, pois ajudou a melhorar a rentabilidade, amenizando de certa forma as consequências ocasionadas pela crise, e deixando os preços dos produtos brasileiros mais atrativos ao mercado externo. Apenas 20% das empresas acharam que a desvalorização do real em frente ao dólar não teve impactos significativos, por trabalharem com contratos pré-firmados e com preços fixados anteriormente. Quando questionados em relação aos aspectos econômicos que estão levando em conta para planejar as atividades de 2009, foi citado que a queda do poder de compra dos países importadores pode vir a ser um grande entrave para atingir bons resultados este ano; outro fator relevante é a diminuição da oferta de matérias primas ocasionadas pelo fechamento de grandes frigoríficos brasileiros, dificultando as compras; além disso, foi citado o panorama inerente a crise mundial, que leva a diminuição da oferta de crédito disponível para alavancar tanto as compras quanto fornecer capital de giro, desfavorecendo a idealização de previsões otimistas. A esperança que o dólar continue sendo valorizado e que o consumo mundial volte a crescer traz uma luz nas previsões para 2009. Foi dito ainda que a retração da economia chinesa e o provável aumento na inadimplência causa desconfortos na hora de efetuar o planejamento referente à 2009.

Questionou-se ainda quais outros aspectos – além dos econômicos – os empresários estão levando em conta para fazer o planejamento de 2009. Nessa questão, os exportadores de miúdos colocaram que o aspecto mais relevante foi a sazonalidade do fornecimento das mercadorias, que é mais apreciada em períodos de inverno; outro fator de destaque diz respeito aos aspectos sanitários e as novas exigências para os mercados mais almejados como o europeu e o americano. Os contratos firmados também foram considerados por 20% dos respondentes e a diminuição da demanda dos produtos no mercado externo preocupa 10% dos entrevistados; nesse aspecto, a preocupação maior é com a compra de matérias-primas que estão sendo dificultadas pelas novas exigências fito-sanitárias da União Européia e o fechamento de diversos frigoríficos e abatedouros pelo Brasil ocasionado pela falta de crédito. Solicitou-se aos entrevistados que avaliassem, conforme suas opiniões, qual será o comportamento do mercado exportador brasileiro de proteínas animais neste ano de 2009. Sobre esse assunto, 80% acreditam que o mercado irá sofrer uma retração e apenas 20% acham que deverá se manter estável. Nenhuma resposta considerou crescimento visível neste ano. Para o próximo ano, 70% dos entrevistados acreditam que haverá

uma retomada no crescimento e 30% não quiseram arriscar um palpite para o próximo período.

Quando foram perguntados se acreditavam que os produtos brasileiros eram competitivos no mercado internacional, todos foram unânimes em afirmar que os produtos brasileiros são muito competitivos, destacando como pontos fortes a qualidade dos produtos brasileiros, que pela alimentação a que o rebanho é exposto (em quase sua totalidade de origem vegetal), melhora os aspectos sanitários. O preço das mercadorias é também atraente aos compradores estrangeiros. Como pontos fracos, foram levantados aspectos como a dificuldade na adequação para as novas exigências sanitárias dos principais compradores, a falta de pontualidade, o alto custo de fretes marítimos e o atual aumento do custo das matérias-primas. Os entrevistados foram ainda questionados se achavam interessante que o governo brasileiro subsidie a exportação de proteínas animais; a questão gerou divergências, pois 40% dos entrevistados acham que o governo não deveria intervir, enquanto 60% achariam interessante esta política, o que ajudaria a aumentar o poder do setor, tornando-o mais competitivo no mercado internacional; a medida, segundo eles, ainda alavancaria a produção nacional, gerando mais empregos e auxiliando na abertura de novos mercados.

Perguntou-se aos entrevistados se concordavam com as barreiras técnicas e fito-sanitárias impostas pela União Européia e pelos Estados Unidos; é interessante observar que apenas 20% não concordam e as acham muito restritivas e 10% não as levam em consideração por não atuarem neste mercado. Os demais 70% concordam com estas barreiras técnicas e fito-sanitárias e ainda as consideram importantes ferramentas que ajudam a melhorar a qualidade dos produtos brasileiros, fazendo com que as empresas interessadas neste mercado se profissionalizem e façam investimentos em tecnologia e agreguem valor a seus produtos. Os entrevistados também foram questionados se achavam interessante que o governo brasileiro aumentasse as barreiras técnicas e fito-sanitárias para proteger os produtos internos; 60% acreditam que não seja necessário ou que não seja do interesse do setor, já que existem poucos concorrentes entrantes no mercado interno e as barreiras existentes já são suficientes. No entanto, 20% consideram em parte a questão de aumentar estas barreiras, principalmente para proteger o rebanho nacional de doenças provenientes de nossos vizinhos fronteiriços. Os demais 20% são totalmente a favor ao aumento dessas barreiras, considerando que dessa forma estariam melhorando a qualidade da carne fornecida ao mercado interno, igualando o produto brasileiro aos patamares de exigência dos consumidores americanos ou europeus.

Foi solicitado aos entrevistados que avaliassem o papel do governo no desenvolvimento do setor de exportação de proteínas animais brasileiro. As respostas demonstram a insatisfação dos participantes do segmento, pois a atuação do governo foi classificada como inerte e burocrática, comprometida apenas com os interesses fiscais da atividade;

um entrevistado ainda assinalou que mesmo o SIF (Sistema de Inspeção Federal), órgão responsável pela fiscalização do segmento no Brasil, muitas vezes não é bem aparelhado ou tecnicamente capacitado e suficiente assessorar adequadamente os produtores do setor.

Os entrevistados foram questionados sobre ações planejadas para os próximos anos; 10% dizem não ter nenhuma ação específica a ser desenvolvida de imediato, mas que para o futuro terão que despender maior atenção para certificações de qualidade para melhor atender as exigências do mercado externo. Outros 20% buscam novos parceiros, tanto para compra de matérias-primas, quanto para contatos comerciais no exterior. Uma outra parcela (20%) tem planos de mudar o foco para o mercado interno até a crise enfraquecer; parte destes também leva em consideração desenvolver novos produtos, agregando valor e melhorando a rentabilidade (10%), além de buscar novos mercados e destinos para as mercadorias. Observa-se ainda que 20% dos entrevistados disseram que continuarão operando da mesma maneira para manter os fornecedores; dessa forma, assim que houver melhora no mercado internacional, poderão satisfazer a nova demanda; por fim, outros 10% pensam em aumentar e modernizar sua planta fabril.

Como ameaças para 2009 e para os anos subsequentes, foram levantados os seguintes aspectos: i) eminência de uma potencial inadimplência dos clientes externos; ii) doenças sanitárias como a atual gripe suína; iii) provável diminuição da demanda dos produtos ocasionados pela crise e instabilidade econômica; iv) setor produtivo em queda; v) dificuldade para obtenção e alto custo do crédito. Como oportunidades, citou-se aspectos como: i) abertura de novas parcerias para viabilizar o negócio; ii) modernização da planta fabril prospectando um aumento futuro de demanda e abertura de novos mercados; iii) aumento do preço de vendas do produto com o custo de produção fixo.

ANÁLISE DO SETOR EXPORTADOR DE PROTEÍNAS ANIMAIS NO BRASIL

Ao analisar os materiais bibliográficos levantados sobre o assunto e as respostas das entrevistas, é possível perceber que o Brasil tem grandes potencialidades neste setor, começando por aspectos geográficos como a enorme extensão territorial que o país possui; nesse contexto, o Brasil possui o maior rebanho bovino do mundo, o terceiro maior plantel de frangos do planeta e é o quarto maior produtor mundial de suínos. Além deste vasto rebanho também existe o fator de que todo este rebanho é alimentado por pastos e proteínas vegetais, o que lhe torna especial em relação aos demais concorrentes mundiais, ainda mais com a incidência de epidemias nos rebanhos europeus e dos Estados Unidos. Ao contrário do observado nos EUA e na UE, que subsidiam suas empresas e seus produtores os deixando mais competitivos, o governo brasileiro não utiliza deste instrumento; nota-se que desde a década de oitenta as empresas brasileiras aprenderam a se desenvol-

ver com seus próprios esforços, tornando-se profissionais, auto-suficientes e com custos competitivos em relação ao mercado internacional. É importante observar que este é um fator relevante em tempos de crise.

Dentre as ameaças para o setor, destaca-se dependência comercial da Rússia, que compra parte significativa da produção brasileira (como já exposto). O interessante é que esse país, devido a problemas diplomáticos, vem recusando-se a adquirir mercadorias brasileiras, provenientes principalmente do Estado de Santa Catarina. Também se têm registrado retração nas exportações no início de 2009 e aumento nos custos de frete marítimo e de matérias primas ocasionada pelo fechamento de diversas unidades fabris e pela sazonalidade do consumo e produtividade. A falta de crédito está dificultando a manutenção das operações. Alia-se a isso, a omissão do governo em relação aos problemas inerentes a esta atividade econômica, a diminuição dos pedidos dos clientes internacionais e o aumento da competitividade no mercado interno.

Destaca-se ainda, como uma ameaça significativa, a crise econômica mundial provocada pelo mercado imobiliário americano, que está dificultando a aquisição de créditos, empréstimos e financiamentos que favorecem as exportações e importações. Esse quadro ocasiona, em contrapartida, a queda na demanda dos produtos e a iminência de que haja aumento no índice de inadimplência nas transações. Outra ameaça é o aumento das barreiras técnicas e fito-sanitárias nos Estados Unidos e União Européia, que acabam forçando as empresas brasileiras a se adequar às novas exigências internacionais e aumentar os custos de produção. Além desses aspectos, destaca-se ainda o aumento dos insumos utilizados (como a soja e milho), dificultando ainda mais a comercialização das proteínas animais brasileiras; doenças sanitárias como a gripe suína, agravam este cenário provocando desconfortos e incertezas na indústria.

Apesar dos aspectos desfavoráveis, o setor também pode tirar proveito da situação atual, amenizando, anulando e até conseguindo um desempenho positivo em um futuro próximo. Tomando como exemplo as barreiras fito-sanitárias e técnicas dos EUA e EU, o Brasil pode aproveitar para promover a maior profissionalização deste setor, tornando-o mais competitivo; esta adequação ajudará o país a prospectar novos mercados, pois estando apto a vender aos dois mercados mais exigentes e tecnicamente restritivos do mundo, o país estará apto a expandir fronteiras em todo o mundo. Outro ponto importante é o crescimento da população mundial e a perspectiva de que muitas destas pessoas melhorem seu poder de compra nos próximos anos, o que poderá proporcionar uma expressiva alavancagem no setor e a conquista de novos parceiros comerciais. Além disso, a tendência iniciada em meados de 2008 da valorização da moeda americana em relação ao real tornou o preço dos produtos brasileiros mais atrativos aos clientes externos. Este fator também ajuda a melhorar a lucratividade e neutralizar os efeitos ocasionados pela redução da demanda.

O fechamento de várias unidades de exportação brasileira inevitavelmente afetará a oferta destes produtos, inflacionando os preços e trazendo maior lucratividade ao setor, que continuará tendo o mesmo custo de produção. Outro fator relevante é o estreitamento das relações comerciais com o Oriente Médio e Extremo Oriente e a conquista de novos mercados.

O mercado exportador de proteínas animais brasileiras deverá voltar a ter um crescimento significativo a partir

do ano de 2010. Em alguns anos, é provável que o Brasil se tornará o maior fornecedor de proteínas do mundo, em todos os sub-segmentos, superando os Estados Unidos, a Índia, a Europa entre outros importantes competidores do cenário mundial.

O quadro 1 ilustra uma síntese das principais oportunidades e ameaças para o setor exportador de proteínas animais no Brasil.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil possui o maior rebanho bovino do mundo (IBGE); - A maioria das empresas exportadoras de proteínas animais brasileiras trabalham com contratos pré-fixados; - A alimentação a que o rebanho é exposto é em quase sua totalidade de origem vegetal; - Há constante desenvolvimento de novos produtos e melhorias na planta fabril das empresas; - Há constante busca por novos mercados e destinos para as mercadorias, com destaque para o Oriente Médio e Extremo Oriente; - O fato de o governo brasileiro não subsidiar o setor tornou-o forte e independente; - Há controle da febre aftosa no rebanho brasileiro; - O clima, extensão territorial e disponibilidade de fatores de produção geram condições de competitividade na produção e industrialização; - O crescimento da população mundial gera uma demanda potencial maior; - A desvalorização do real em relação ao dólar torna os produtos brasileiros mais atraentes no mercado internacional; - Disponibilidade do Brasil como fornecedor de carne para outros países, antes abastecidos pelo Bloco Europeu (cujas exportações sofreram embargo); - As exportações brasileiras crescem também para mercados tradicionais da Argentina, como o Chile; - Novas exigências fito-sanitárias da União Européia e Estados Unidos estão fazendo com que as empresas brasileiras se tornem mais profissionalizadas e competitivas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica mundial proveniente dos problemas financeiros da economia americana; - Devido a retração no número de pedidos no início de 2009, as empresas tiveram que reestruturar e replanejar suas atividades para este ano; - Diminuição na oferta de matérias-primas com o fechamento de varias unidades frigoríficas; - Falta de crédito as empresas produtoras brasileiras; - Sazonalidade no fornecimento das matérias primas; - Aumento dos custos de fretes marítimos e o atual aumento do custo das matérias primas; - Atuação pouco expressiva do governo em relação ao desenvolvimento do setor - Falta de subsídios do governo ao setor; - Produção brasileira tem grande dependência do mercado da Rússia, que nesta época do ano mantém os portos fechados, por causa do inverno; - Os russos têm recusado a carne suína catarinense devido a um incidente diplomático - Aumento nas barreiras técnicas (normas e padrões) exigidas no comércio internacional fazendo com que setores – como o exportador de carnes – tenham que se adequar para não perder seus principais mercados; - Diminuição do poder de compra dos países importadores; - Diminuição da oferta de crédito; - Retração na economia chinesa; - A eminência de uma potencial inadimplência dos clientes externos; - Doenças sanitárias como a atual Gripe Suína; - Elevação nos preços do milho e da soja (preço da ração);

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações levantadas (2009)

Quadro 1 – Síntese das ameaças e oportunidades para o setor exportador de proteínas animais brasileiras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou realizar uma análise do setor exportador de proteínas animais brasileiras. Para tanto, a pesquisa utilizou dados secundários (pesquisa bibliográfica) e dados primários (entrevistas com gestores de empresas do setor). Enquanto a pesquisa bibliográfica ajudou a entender as características e a dinâmica do setor, a realização das entrevistas possibilitou a exposição das percepções e principais ações de gestores do segmento. A aceleração do processo de globalização a partir da década de 90 pro-

porcionou mudanças significativas nas relações comerciais entre países. Compreender a dinâmica dessas mudanças e estar preparado para atuar em um mundo cada vez mais integrado é crucial para qualquer economia; essa tarefa é especialmente importante para o Brasil, que tem se destacado nos últimos anos como uma das economias mais promissoras do globo.

O setor de proteínas animais, em específico, é bastante complexo, pois possui muitas variáveis de influência, como

fatores econômicos, culturais, legais, tecnológicos e naturais. Além disso, o comércio internacional dos produtos do setor é conduzido por normas sanitárias e fito-sanitárias bastante rígidas, o que aumenta ainda mais a complexidade do setor. Nesse contexto, conhecer de forma detalhada o mercado internacional de proteínas animais é fundamental para o aumento da capacidade de aprendizado do setor e para uma maior profissionalização do mesmo.

REFERÊNCIAS

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. 2009. Quadro atual da pecuária bovina. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/dados2008.pdf>. Acesso em: 08/04/2009.

AGRICULTURA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 03/11/2008.

BLISKA, F. M. M. **Impactos de alterações nas exportações brasileiras de carnes sobre a economia brasileira**. Piracicaba. 1999. 217p. Tese (Doutorado) – ESALQ/USP.

BURNQUIST, H. L. & OLIVEIRA, L. **Desenvolvimento do contexto analítico: a teoria pura do comércio internacional e as barreiras técnicas ao comércio**. 2005. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/bnt>. Acesso em: 01/04/2009.

CNI – Confederação Nacional das Indústrias. 2001. Disponível em <http://www.cni.org.br>. Acesso em: 19/09/2008.

GONÇALVES, R. R. **A política industrial em uma perspectiva de longo prazo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 29p. (Texto para Discussão, 590).

JANK, M.S. **Competitividade do Agribusiness Brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema de carnes**. São Paulo, 1996. 195p. Tese (Doutorado). FEA/USP.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. A cadeia produtiva de carnes. 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=855>. Acesso em 25 ago. 2008.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Comércio exterior. Apresentação. 2008a. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>. Acesso em 15 set. 2008.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Comércio exterior: princípios. 2008b. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em 15/09/2008.

MIRANDA, Silvia Helena Galvão de. **Quantificação dos efeitos das barreiras não tarifárias sobre a Exportação Brasileira de Carne Bovina**. Piracicaba-São Paulo, CEPEA, 2001, 236p. Tese (Doutorado). ESALQ/USP.

MIRANDA, S.H.G. e MOTTA, M.A.S.B. **Exportação de carne bovina brasileira: evolução por tipo e destino**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Recife, PE. 2003.

PEREIRA, M. A.; LIMA, J. E. **Oferta de carne bovina brasileira para exportação no período de 1980 a 1998**. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio e Janeiro. Jul/ago. 2000.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco M. **Introdução à economia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

TSUNECHIRO, Alfredo et al. **Crise Mundial e Agrogócios: Perspectivas para 2009**. Instituto de Economia Agrícola – Texto para discussão 08/2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/td/TD-08-2009e.pdf>. Acesso em: 05/04/2009.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Artigo recebido em 30/06/2009.

Aceito para publicação em 17/08/2009.